

Patronato e clientelismo sob o olhar crítico de Juvenal

ISABEL GRAÇA

Universidade de Aveiro – Praxis XXI

É um risco omnipresente num trabalho desta natureza: interpretar indícios de patronato e clientelismo radicados nos séculos I e II d. C. à luz das acepções de que os conceitos se revestem à entrada do século XXI. Ainda assim, e porque vivemos sobretudo no e do presente, é dele que iremos partir.

Hábito de todos os dias (ou pelo menos deveria sê-lo), o folhear das páginas de um qualquer jornal faz com que nos detenhamos, de quando em vez, na leitura de um ou outro artigo com título mais sugestivo. E é com um certo interesse, enfado ou resignação que verificamos que alguns assuntos teimam em não cair das páginas dos jornais: *patronos do poder, entidade patronal, clientela política, prática de clientelismo*. Palavras grandes, sonantes... verdadeiras armas de arremesso. É vê-las, através dos *media*, a serem disparadas e devolvidas, incólumes ao desgaste provocado pelo atrito, num inequívoco jogo de estratégia verbal.

Jogar com termos como *patronato* e *clientelismo*, implica, antes de mais, precisar a que nível de análise nos irá conduzir o presente estudo histórico-literário. Relativamente a este aspecto, Wallace-Hadrill¹ levanta uma questão pertinente que nos ajuda a reflectir: tratar-se-á o patronato

¹ Andrew Wallace-Hadrill, "Patronage in Roman Society", *Patronage in Ancient Societies*, v.1 (London 1989) 65.

de um exemplo de relações que existem objectivamente em certas sociedades, aprovando-as ou estando com elas em desacordo os que nelas participam ou, por outro lado, tratar-se-á de um meio no qual os protagonistas concebem e formulam as relações em que estão comprometidos? Em termos mais simples, o referido autor atinge o cerne da problemática ao levantar a seguinte questão: *are we talking about a structure or a ideology?* Em concordância com Silverman² e também com o nosso ponto de vista, a conjunção de ambas (estrutura e ideologia) determina, de forma indissolúvel, o nível de análise pretendido no presente trabalho.

Encarregou-se a tradição de fazer atribuir as origens do patronato e do clientelismo em Roma ao seu legendário fundador e primeiro rei, Rómulo, se bem que as investigações realizadas até ao momento não tenham sido ainda concludentes.

Segundo Dionísio de Halicarnasso³, cujas palavras evidenciam o fosso que se estabelece entre ideologia e realidade social e a complicada teia de relações que se estabelece entre ambas, Rómulo distinguiu os mais poderosos membros da sociedade (patrícios) dos menos poderosos (plebeus), definindo concretamente as obrigações de ambos e confiou estes últimos à protecção dos primeiros, permitindo a cada plebeu a escolha do seu patrono. Tal situação favoreceu e determinou a existência de vínculos de natureza doméstica e religiosa.

Em meados do período republicano⁴, já a situação era outra: nem só os patrícios eram patronos. Algumas famílias plebeias, mais poderosas, poderiam também sê-lo. O certo é que a maioria dos patronos pertencia ao senado e dedicava-se, de corpo e alma, à sua carreira política. Esperavam assim que os seus clientes aparecessem com eles nas campanhas políticas, dando-lhes apoio manifesto (nestas andanças, é o número que faz a força!) e que, logicamente, votassem e fizessem

² Citado por A. Wallace-Hadrill no artigo atrás referido (p. 65).

³ D. H. *Antiquitates Romanae* 2. 9-10.

⁴ Para mais informação (documentada com excertos textuais de diferentes autores latinos) respeitante ao patronato do período republicano e da Roma imperial ver Jo-Ann Shelton, *As the Romans Did*. 2ª ed. (Oxford 1998) 11-15.

os outros votar neles ou naqueles com quem haviam feito aliança. A obtenção da vitória nas eleições por parte de um patrono fazia presumir uma maior e melhor assistência aos seus clientes. Entre estes ocupam um lugar de destaque os libertos, que se comprometiam a cumprir variadíssimas obrigações para com os seus antigos senhores, obrigações estas consignadas no acto de alforria. Para além destas, assumia particular destaque a designada *obsequium*, que preceituava o respeito, a assistência e a fidelidade ao patrono em troca do seu auxílio e protecção.

Mas nem só os libertos se podiam tornar clientes. Pessoas livres de nascimento (*ingenui*) poderiam também sê-lo, desde que respeitassem as obrigações estabelecidas, que, apesar de não serem sancionadas pela jurisdição, eram tacitamente aceites. Registaram-se casos em que as obrigações estipuladas assumiram inclusivamente um carácter hereditário. Clientes, havia-os para todos os gostos e feitios: uns pobres, que ambicionavam com sofreguidão a imprescindível *sportula* (que inicialmente era o cestinho onde se guardava a pequena quantia de dinheiro e comida distribuída pelo patrono); outros havia, situados num patamar económico superior, que buscavam um protector, um advogado que defendesse as suas causas. Quantas vezes Cícero, na condição de patrono, se verá a braços com esta situação. Quantas vezes se verá obrigado a aceitar causas ingratas, processos mais que duvidosos para acrescentar mais uma cabeça à turba de clientes que o acompanhava.

Se bem que Marache⁵ caracterize as relações estabelecidas entre patronos e clientes como *une sorte d' organisation féodale avant la lettre: le pauvre, le faible se trouve dans l'obédience du riche, du puissant*, parecem-nos mais elucidativas as afirmações de Fustel de Coulanges⁶ relativamente à importância do patronato no período da República Romana: “A clientela não estava nas leis... mas reinava na sociedade. Não tocando na constituição política, ela não gerará um regime feudal; fez somente desta sociedade republicana a sociedade mais

⁵ René Marache, “La revendication sociale chez Martial et Juvénal”, *Rivista di Cultura Classica e Medioevale* 3 (1961) 30-67.

⁶ Citado por Mário Curtis Giordani in *História de Roma. Antiguidade Clássica II*, (Petrópolis s/d) 187.

aristocrática que jamais existiu”. É caso para dizer que, tacitamente, o costume se fez consagrar.

Porém, mudam-se os tempos, mudam-se os interesses, mudam-se as vontades. Chegados à Roma Imperial, verificamos que o patronato se estabelece entre cidadãos livres. Era prática habitual que, de manhã cedo, o patrono, a título particular, recebesse, em sua casa, a visita dos seus clientes, que esperavam receber a espórtula e, se a sorte estivesse de feição, quem sabe se não receberiam um qualquer alimento melhorado ou até mesmo um presente desejado, o que, no entanto, acontecia raras vezes. Cabia igualmente ao patrono, outorgar uma toga aos seus clientes, para que se apresentassem conformes à ocasião e ao estatuto. Inclusivamente os artistas, nomeadamente os que se votavam às artes da escrita, poética ou histórica, corriam atrás de um patrono que os apoiasse e financiasse, em verdadeira atitude mecenática. Era o chamado patronato literário, cuja existência efectiva é defendida por Saller⁷, se bem que um outro autor, White⁸, negue terminantemente o facto de ter existido um tipo de *patrocinium* romano especificamente literário. Se atentarmos na estrutura organizativa da pirâmide social, constatamos que um qualquer indivíduo era sempre cliente de outro, o mais fraco do mais poderoso. Tão somente o imperador não se vinculava a ninguém, estando no entanto rodeado por uma vastíssima clientela multiforme. A título de curiosidade, no século II, só nos registos da *annona* (registos da produção anual de trigo), está documentada a existência de cento e cinquenta mil proletários, clientes do imperador, que auferiam da distribuição mensal de alimentos ao longo de toda a sua existência⁹. Com o passar dos tempos, muitos clientes já não são Romanos nascidos em Roma e, talvez por isso mesmo, encaram a relação patrono/cliente de uma forma diferente. Assim, o

⁷ Richard Saller, “Martial on patronage and literature”, *Classical Quarterly* 33 (1983) 246-257.

⁸ P. White, “*Amicitia* and the profession of poetry in early imperial Rome”, *Journal of Roman Studies* 68 (1978) 74-92.

⁹ Mário Curtis Giordani, *História de Roma. Antiguidade Clássica II*, (Petrópolis s/d) 193.

termo *cliente* vai-se tornando sinónimo de “parasita” e/ou “adulador”, dado o comportamento inoperante e improdutivo da classe em questão.

Haja predisposição para observar algumas particularidades da relação patrono/cliente através do olhar crítico do poeta Juvenal¹⁰, que ficou famoso pelo fulgor enérgico e impetuoso das dezasseis sátiras que compôs.

A propósito da entrega da espórtula, diz-nos o poeta (1.95-96):

(...) *Nunc sportula primo
limine parua sedet turbae rapienda togatae.*

*Hoje uma magra espórtula espera à entrada / do vestíbulo para
ser arrebatada pela turba em toga.*

Depois de uma longa e apressada caminhada pelas ruas de Roma, os clientes dirigem-se a casa do patrono, para a *salutatio* matinal, na esperança de conseguirem a tão desejada *sportula*, uma pequena quantia monetária que lhes era dada por direito.

Vital para o dia-a-dia, a *sportula* aparece-nos, a nível textual, personificada (a espórtula espera à entrada). Colocada *primo limine* (à entrada do vestíbulo), desperta naquele turbilhão de gente a necessidade instintiva de a possuir, tal como se de uma mulher muitíssimo apetecível se tratasse, se bem que de baixa condição. Sem rédea nem freio, agarram-na à força. À serenidade da *sportula*, que “espera à entrada”, opõe-se a voracidade sórdida da *turbae rapienda togatae*. Ao acenar do dinheiro reage-se de forma instintiva, primária, o mesmo é dizer que de um estímulo financeiro advém um comportamento condicionado.

E assim se vêem os clientes condicionados ao jugo da espórtula. Como tudo na vida, a uns pesa mais do que a outros e, sabendo o patrono disso, não se esquece de tomar algumas precauções (1.97-98):

*Ille tamen faciem prius inspicit et trepidat ne
suppositus uenias ac falso nomine poscas.*

¹⁰ Para a realização do presente trabalho foi preciosa a informação recolhida em J. Gérard, *Juvenal et la réalité contemporaine* (Paris 1976) 157-205.

Mas antes o patrono faz o reconhecimento das caras e receia que / alguém venha disfarçado e reclame a sua parte, sob um nome falso.

Ciente da superioridade que o estatuto de patrono lhe dá, *inspicit* (faz o reconhecimento), inspecciona os seus clientes, não vá deixar-se enganar, mas, ao mesmo tempo, *trepidat* (receia). Note-se como, na expressão *faciem prius inspicit et trepidat*, prevalece a sonoridade /i/, a suggestionar, sobretudo, uma certa falta de segurança e de firmeza na actuação do próprio patrono. Abrem-se as portas e anuncia-se ao mundo a inquietação e o medo gerados pela avareza e desconfiança, o que só vem comprovar o formalismo a que foram votados os laços de clientela. E quando não se domina pela justeza e humanidade dos actos, é preciso falar mais alto e sobrepor a voz à daqueles que queremos que nos ouçam. E foi o que de imediato se fez. Exclama o patrono (1.99-106):

*(...) Iubet a praecone uocari
ipsos Troiugenas, nam uexant limen et ipsi
nobiscum. “Da praetori, da deinde tribuno.”
Sed libertinus prior est. “Prior, inquit, ego adsum.
Cur timeam dubitemue locum defendere, quamuis
natus ad Euphratem, molles quod in aure fenestrae
arguerint, licet ipse negem? Sed quinque tabernae
quadringenta parant. (...)*

Ordena (o patrono) ao arauto chamar / os próprios descendentes dos Troianos, porque também eles abanam a porta / conosco. — “Dá ao pretor, dá depois ao tribuno.” / Mas um liberto está primeiro. “Primeiro, berra ele, cheguei eu. / Porque é que eu hei-de recear ou hesitar em defender o meu lugar? Ainda que / nascido nas margens do Eufrates, — facto que as janelas delicadas nos meus ouvidos / denunciam — quem me dera que eu próprio o negasse... mas as cinco lojas / garantem-me quatrocentos mil sestércios...

Como podemos verificar, mesmo no seio da vasta clientela a hierarquização social faz-se sentir, não pela actuação dos patrícios (que se diziam descendentes dos companheiros de Eneias e por isso são designados *Troiugenas*) e dos plebeus, mas pela discriminação exercida pelo patrono que, na chamada para a distribuição da espórtula, dá preferência aos primeiros. Lembremos, apesar de tudo, que a distinção

levada a cabo se trata de uma prática consuetudinária perfeitamente instituída. Poderíamos estranhar ver alguns patrícios à espera de receber a espórtula. Mas as dificuldades económicas a todos tocam, mesmo que se mantenha uma certa influência a nível estatal. Dadas as circunstâncias, todo o ganho é pouco e o suplemento que advém da espórtula não pode ser menosprezado (1.117-118):

*Sed cum summus honor finito computet anno,
sportula quid referat (...)*

Mas os mais altos magistrados calculam no final do ano / o que rende a espórtula.

A verdade é que há um liberto que se insurge e que, inconformado, vinca a sua posição. A repetição, tão característica dos enunciados orais mais exaltados, não se faz esperar: *prior (...)* *Prior*. De facto, parece ter chegado em primeiro lugar e curioso é notar que mesmo antes de levantar a sua voz reivindicativa (*Prior... adsum*), o sujeito poético, provavelmente a voz inquieta e indignada do próprio poeta Juvenal¹¹, transmite o sentir generalizado dos clientes libertos que se sentem marginalizados e preteridos (*prior est*).

Um outro aspecto não menos importante e que interessa focar é a situação pessoal do liberto que, no meio de toda aquela agitação à porta de casa do patrono, faz ouvir a sua queixa. O facto de ter nascido *ad Euphraten* (nas margens do Eufrates) faz dele um oriental e, portanto, um cidadão nascido fora de Roma. Relembremos aqui que, no período do Império, muitos dos clientes de Roma eram oriundos de outras paragens. Do ponto de vista sócio-cultural, importa destacar que, apesar de o liberto se sentir de certa forma rotulado de diferente (porque oriental), se bem que se encontre entre iguais (afinal, são todos cidadãos de Roma), tal

¹¹ Isto mesmo não é de estranhar, se atendermos ao facto de a mais antiga biografia de Juvenal de que há conhecimento nos informar que o poeta passou os primeiros anos da infância e da juventude ao cuidado de um rico liberto, que terá sido o seu próprio pai ou simplesmente o seu protector. O próprio Juvenal diariamente se terá visto confundido na turba de clientes, de nada lhe valendo o seu estatuto de poeta.

facto não o impede de protestar por um direito que lhe assiste e que considera inalienável. Num desabafo triste e cheio de angústia, deixa escapar que, se pudesse, renegaria o lugar onde nasceu (*licet ipse negem?*). Ainda assim, tenta justificar, com um argumento válido, o porquê da sua indignação. Também aqui, como em grande parte dos problemas da vida, a razão principal é de natureza económica: de facto, as cinco lojas que possui são o garante de um ascendente financeiro estimado em quatrocentos mil sestércios.

Se bem que Bonnet¹², explicita que as cinco lojas referem por metonímia o comércio em geral, que permitia a quem o exercesse o recenseamento na ordem equestre e, portanto, uma melhoria em termos de estatuto social, do nosso ponto de vista, não nos parece ser esta a questão de fundo levantada pelo texto. Parecem não restar dúvidas de que este cliente particular de que nos fala Juvenal é possuidor de um rendimento efectivo de quatrocentos mil sestércios. Por esse facto, é com alguma legitimidade que pretende ver reconhecido o seu prestígio financeiro, chamando a si o direito de passar à frente quer dos magistrados, quer dos mais pobres dos clientes. Como, em termos de ascensão económica, sente que levou a melhor, exige ser o primeiro no momento de receber a espórtula. Se, por um lado, o enriquecimento do liberto é um facto, por outro, a ascensão, em termos de prestígio social, não se vê ratificada.

Ainda assim, poucos são aqueles que conseguem, efectivamente, enriquecer, zelando de forma contínua pelo aumento do seu pecúlio. Segundo as palavras de Juvenal, situações do tipo da anteriormente descrita não são, de forma alguma, dominantes. A grande maioria dos clientes é ambiciosa, quer subir na vida e causar sensação junto dos seus pares (3.182-183):

(...) *hic uiuimus ambitiosa*
paupertate omnes.(...)
aqui todos nós vivemos numa pobreza gananciosa de popularidade.

¹² Citado em *Juvenal. Satires*, texte établi et traduit par Pierre de Labriolle e François Villeneuve (Paris 1974) 10 .

Note-se que o adjectivo *omnes* (todos) colocado simultaneamente em posição final de frase e de hemistíquio parece não admitir a existência de uma única excepção à regra, o que, como vimos já anteriormente, não se confirma. O certo é que grande parte da clientela comunga do mesmo pensar. A situação enunciada assume ainda mais importância, se lembrarmos que, durante o Império, a sociedade assentava em rígidos padrões hierárquicos. O imperador constituía, no cimo da pirâmide social, apenas duas ordens: a ordem senatorial (*ordo senatorius*) e a já referida ordem equestre (*ordo equester*). Assim, facilmente se entende que cada dia que passa para um qualquer cliente abre portas que jamais se poderão deixar fechar. Há que tentar reverter as situações a seu favor, explorando um qualquer ponto fraco dos que mais podem ou fazendo forte apelo à generosidade, numa atitude deprimida e deprimente que suscite a pena e a comiseração.

Se, por um lado, como vimos, Juvenal desmascara um certo apego excessivo ao dinheiro por parte de um liberto enriquecido, por outro lado, a condição miserável do cliente desperta em si uma atitude de compaixão, de profunda e sentida piedade, a que não serão certamente alheios o profundo sentir irónico e a inesgotável veia sarcástica do autor. No entanto, não deixa que o sentimento lhe retire a clarividência: a mediocridade e o rebaixamento moral do cliente dobram-se perante as exigências e a avareza do seu “rei”, numa atitude desprezível, mas consciente¹³. De facto, vislumbram-se algumas vantagens a tirar, em proveito próprio, na casa do patrono. Se a sorte o bafejar, poderá ir lá jantar! Informa o patrono (5.12-18):

*Primo fige loco, quod tu discumbere iussus
mercedem solidam ueterum capis officiorum.
Fructus amicitiae magnae cibus, imputat hunc rex,
et quamuis rarum tamen inputat. Ergo duos post
si libuit menses neglectum adhibere clientem,
tertia ne uacuo cessaret culcita lecto,
“Vna simus” ait. (...)*

¹³ Ibidem, 47.

Em primeiro lugar, convence-te de que o convite que recebes é / o salário inteiro de trabalhos prestados noutros tempos. / O benefício da amizade de um grande é a comida: o “rei” regista-o, / e ainda que seja raro, regista-o. Por isso, se, passados dois meses, / lhe agrada convidar um cliente / para que, sobre um leito negligenciado, / o terceiro colchão não fique vazio: / “Fiquemos juntos”, é o que ele diz.

Talvez porque a consciência lhe diga que a retribuição dos favores não está a ser feita na justa medida, obriga o pobre cliente a convencer-se (a forma imperativa *fige* é a prova disso) de que uma *cena*, o único *beneficium* auferido, é a paga mais ajustada (não direi justa) pela prestação de *uetera officia* (trabalhos de outros tempos). Mas como poderá o pobre cliente convencer-se disso, reconhecendo, pelo raciocínio, a verdade de semelhante facto? É tarefa difícil, se não impossível: a desproporção entre a paga e os préstimos não deixa equilibrar os pratos da balança.

Mas nada há a fazer: como afirma o próprio *patronus* “*Fructus amicitiae magnae cibus*”, o mesmo é dizer que o benefício de uma grande amizade é a comida. Se considerássemos esta afirmação com os olhos postos no presente, parecer-nos-ia haver aqui alguma incongruência, dado que, a amizade, teoricamente, é sempre desinteressada, ou não fosse o lado ético do amor. Porém, é também certo que, com o correr do tempo, os amigos tendem a prestar ajuda e serviços e a esperar a sua retribuição quando a necessidade assim o exige. Actualmente, a nossa forma de encarar a amizade não é compatível com expressões do tipo *amicitiae magnae* ou *superiores* (amizade de um grande) ou do tipo *amicitiae paruae* ou *inferiores* (amizade de um pequeno). É curioso o exemplo citado por Sullivan¹⁴, retirado dos dias de hoje, para ilustrar a transformação de uma relação de dependência numa relação de amizade. Se atentarmos na relação professor/aluno, à semelhança do que acontecia no patronato, e igualmente devido a circunstâncias sociais, verificamos que ela pode vir a tornar-se numa

¹⁴ J. P. Sullivan, *Martial: the unsuspected classic. A literary and historical study* (Cambridge 1991) 120-121.

relação de verdadeira amizade quando um deixa de ser o protegido para passar a equiparar-se, do ponto de vista profissional, ao outro. Não haverá então grande diferença em termos de serviços esperados, a não ser o facto de o amigo mais jovem poder vir a retribuir mais tarde os benefícios conseguidos. Ora, da mesma forma, nada pode impedir uma relação que começou por ser de dependência (clientelismo) de se transformar, em virtude de alterações estatutárias, numa relação de verdadeira amizade.

Deixando de lado este breve excurso, verificamos que, infelizmente, nada disto se passa aos olhos do nosso Juvenal. Apercebemo-nos nitidamente da existência de uma relação desnivelada. Longe vão os tempos fortemente marcados pelo paternalismo. No entanto, não o esqueçamos, ser-se cliente era a forma de vida mais honrosa dos que não tinham meios que lhes permitissem subsistir. No entanto, clientes há que repudiam todo e qualquer trabalho, sendo o vínculo às grandes famílias a única marca que os distingue da plebe urbana.

Regressando às palavras de Juvenal, vemos surgir o patrono, que se mostra orgulhoso por *inputare* (registar) o pagamento do salário ao seu cliente, *et quamuis rarum tamen inputat* (e ainda que seja raro, regista-o). Numa primeira análise, podemos afirmar que é com toda a afectação e dando ares de presunçoso inveterado que o patrono, dirigindo-se ao seu cliente, lhe acena com um banquete em sua casa. Note-se que a realização de um banquete a convite do patrono não constitui qualquer novidade, sendo uma situação actualizada em diversos textos latinos, donde se destaca, a título exemplificativo, a *Cena Trimalchionis*, de Petrónio. Tal acontece não porque tenha o seu cliente em grande consideração, mas porque é necessário compor o *triclinium*. E assim, como mais um artigo de decoração, é destinado a ocupar a *tertia culcita* (o terceiro colchão), para que não fique vazio. “Vna simus”, (fiquemos juntos), diz abertamente o patrono. Juntos, porque irão jantar debaixo do mesmo tecto, no mesmo compartimento; distantes, muito distantes, porque ocupará o lugar mais afastado do seu senhor, o único deixado vago, e que terá de se conformar em preencher. Longe da vista, longe do alcance, longe do coração. E, no entanto, é certo: jantam juntos.

À parte as circunstâncias sociais em que decorre o jantar, o importante é que seja bem servido, quer em quantidade, quer em qualidade. Assim, confiando na amizade do patrono, espera-se que seja servido um bom vinho, daqueles que se guardam para os amigos. No entanto, a prova do vinho parece já ter tido dias melhores e, por isso, as queixas não se fazem esperar (5.24-25):

*Qualis cena tamen! Vinum quod sucida nolit
Lana pati: de conuiuia Corybanta uidebis.*

*E que ceia, todavia! Um vinho a que a lã acabada de tosquiar
rejeita / sujeitar-se e que te transforma de conviva em Coribanta.*

Ora, dar o que não presta nunca foi, nem é, um acto de generosidade. E quantas vezes não nos sentimos caritativos e generosos por fazermos aquela selecção de roupas desbotadas, descosidas, puídas ou mesmo rotas e que enviamos para uma qualquer instituição de solidariedade.

Confiando nas palavras de Juvenal, o vinho, ou melhor, a zurrapa que fora servida, fornece a quem a bebe uma fabulosa capacidade de transfiguração (já não se vê apenas a dobrar!), que faz com que os convivas se transformem facilmente em Coribantas, nome por que eram conhecidos os sacerdotes de Cíbele. Estes veneravam a sua deusa num culto orgiástico, ao som de flautas, cornetas, pratos e tambores. Eram naturais da Frígia e, por serem castrados, eram chamados “galos”. Era durante as orgias que infligiam a si próprios, publicamente, a castração.

Quando o vinho não agrada, as expectativas acerca da comida aumentam. Mas, ao que tudo indica, parece que também neste ponto há reclamações a fazer (5.67-69):

*Ecce alius quanto porrexit murmure panem
uix fractum, solidae iam mucida frusta farinae,
quae genuinum agitent, non admittentia morsum.*

*Eis que um outro escravo te apresenta, resmungando quanto
baste, um pão, / partido a custo, bocados já bolorentos e feitos de
farinha compacta, / sobre os quais o queixo trabalha, sem conseguir
trincá-los.*

É o pão tão duro de roer como o patrono, na sua avareza. Por muito que a mandíbula trabalhe, o pão não racha; por muito que o cliente se esforce, o coração do patrono não amolece. Convicto do seu acto filantrópico, exclama o patrono (5.18-21):

*“Vna simus” ait. Votorum summa; quid ultra
quaeris? Habet Trebius propter quod rumpere somnum
debeat et ligulas dimittere, sollicitus ne
tota saluatatrix iam turba peregerit orbem (...)*

*“Fiquemos juntos”, é o que ele diz. É o cúmulo dos teus desejos.
Que mais queres? / Trébio tem um motivo para interromper o sono /
e atar os cordões das sandálias, receoso de que / a turba de clientes
tenha já percorrido todo o seu caminho.*

Congratula-se com a sua própria generosidade: satisfaz o maior desejo do seu cliente, mas vai lembrando, sem nenhuma reticência, que é preciso retribuir, se se quer ver repetido o convite. Faz ver a actuação de Trébio, modelo do cliente exemplar, que, sem demoras nem preguiças, cumpre escrupulosamente as suas obrigações. Satisfeitíssimos andariam os patronos, se todos os clientes fossem assim! E Trébio, o cliente, a pessoa, o que sente, como vive? *Sollicitus* (receoso) de que a turba tenha já passado em procissão, e profundamente angustiado por sentir que poderá ter desapontado o seu patrono. Ser cliente é apenas isto: participar de um jogo com regras a respeitar. Ora entrar seja em que jogo for pressupõe que estejamos preparados para enfrentar os desígnios da sorte e/ou do azar. E, ao que tudo indica, este último terá sido um companheiro assíduo da maioria dos clientes nas caminhadas estafantes, realizadas no âmbito do cumprimento estrito dos seus deveres.

Mas as tormentas e os queixumes não se ficam por aqui. Ouçamos o remoer interior de quem vê tantos e tão grandes esforços realizados em vão (5.76-79):

*— “Scilicet hoc fuerat, propter quod saepe relicta
coniuge per montem aduersum gelidasque cucurri
Esquilias, fremeret saeua cum grandine uernus
Iuppiter et multo stillaret paenula nimbo.”*

—“Evidentemente, fora por isto que, tantas vezes deixada / a
minha mulher, percorri as gélidas encostas / do Esquilino, enquanto
Júpiter primaveril retumbava com uma violenta saraivada / e
encharcava de chuva a minha capa.”

Sentimos emergir destas palavras, saídas da boca de um qualquer cliente, encarado como personagem representativa da sua classe, o cansaço e o desalento de Juvenal. O cansaço é físico, é psicológico, é muito e as forças esgotam-se. Resta o comprazimento de se exprimir com ironia: *Scilicet hoc fuerat* (Evidentemente, fora por isto!). O emprego irónico do advérbio *scilicet*, colocado estrategicamente em posição inicial de verso de forma a enfatizar a afirmação, revela o completo desânimo que se abate sobre quem se apercebe de tantas canseiras passadas, ao frio e à chuva, mas sempre em vão.

Marcial, poeta epigramista contemporâneo de Juvenal, dirige-lhe um epigrama acerca da tranquilidade que disfruta na sua terra natal, Bilbilis. Ao sossego, à paz, à tranquilidade de que goza contrapõe a enorme inquietação que prevê ser uma constante na vida urbana do amigo Juvenal. A abertura do epigrama, de que apenas uma parte se transcreve (12.18,1-9), descreve-nos, num tom pouco animador e pouco entusiasta, o dia-a-dia rotineiro da vida de cliente, que vem sendo satirizado por Juvenal.

*Dum tu forsitan inquietus erras
clamosa, Iuuenalis, in Subura
aut collem dominae teris Dianae;
dum per limina te potentiorum
sudatrix toga uentilat uagumque
maior Caelius et minor fatigant:
me multos repetita post Decembres
accepit mea rusticumque fecit
auro Bilbilis et superba ferro.*

*Enquanto, quem sabe, tu circulas sempre inquieto, / na Subura,
Juvenal, cheia de gritos / ou palmilhas a colina da soberana Diana,
/ enquanto que, pelas entradas dos mais poderosos, / a tua toga toda
suada se areja e nas tuas andanças, / o grande e o pequeno Célio te
cansam excessivamente, / a mim a minha Bilbilis reencontrada*

*desde há muitos / Dezembros, orgulhosa do seu ouro e do seu ferro,
/ acolhe-me e faz de mim um campesino.*

Marcial foi durante largos anos um dos muitos clientes de Roma. Debateu-se com as mesmas dificuldades, experimentou os mesmos sacrifícios. No entanto, segundo o seu próprio testemunho, uma ou outra vez soube esquivar-se à *salutatio* matinal, enviando por, mãos alheias, um dos seus livros de epigramas ao patrono. Porém, as agruras passadas não as esqueceu, levando-as no íntimo para a terra natal. A lembrança que mantém faz com que descreva as supostas pressas e correrias de Juvenal com indiscutível realismo. Apostrofando o seu destinatário no segundo verso (*Iuuenalis*), mais especificamente em posição medial, chama a sua atenção, pois, *inquietus* como é provável que ande, pode não atender ao que lhe vai ser dito. Imagina-o a calcorrear, apressado, no enquadramento de dois espaços geográficos: a Subura, um dos bairros de Roma conhecido por ser muito populoso e mal frequentado, e a colina de Diana. A geografia, física e humana, mostra-se adversa: durante a corrida serpenteia por entre a população que grita (*clamosa*), alternando as subidas com as descidas (lembramos que a passagem da colina de Diana e do monte Célio, que na realidade era constituído por dois montes, um de maior e outro de menor altura, não lhe deixam alternativa). E como se a lonjura não bastasse, o estado enlameado e esburacado dos arruamentos é lastimável. O calor aberta e a toga embebe-se em suor. De facto, e como já notara Rostagni¹⁵ (1964), esta situação da toga ensopada em suor registada por Marcial é análoga à da capa encharcada de chuva, que vimos anteriormente. Não podemos deixar de salientar como da reformulação artística do mesmo *topos* nasce uma parcela de poesia inequivocamente singular.

Porém o realismo descritivo de Marcial chama-nos de novo ao centro da Subura. Ouvem-se os ruídos, cheiram-se os maus odores, trazidos pela brisa e que se desprendem do agitar da toga. A aliteração vocálica do fonema /u/ (*toga uentilat uagumque*) concorre para a sua sugestão. Talvez a predominância de sensações auditivas e olfactivas

¹⁵ Augusto Rostagni, *Storia della Letteratura Latina*, III (Torino 1965) 129.

tenha condicionado, de certa forma, a ausência das de tipo visual: a passagem de corrida por toda aquela agitação urbana faz com que tudo em volta apareça desfocado. Os olhos apenas anseiam por encontrar a casa do patrono, destino obrigatório de todas as manhãs. Os caminhos fazem-se andando e assim supõe Marcial que o amigo Juvenal vá cumprindo os seus dias.

Retratando algumas particularidades das vivências diárias do cliente de Roma, Juvenal realiza de forma satírica a peritagem dos principais factos ou situações que desencadeiam atitudes de indignação, desespero e rebelião por parte daqueles que, do ponto de vista social, dependem de outrem. Empenhado em desmistificar a aliança do binómio patrono/cliente, é com toda a lucidez que critica as injustiças de um sistema, que em muito se aproxima da plutocracia, e que usa eufemisticamente o termo cliente para designar a pessoa subjugada.

Sem quaisquer intuítos políticos de ataque ao regime, a sua poesia suporta os gritos incontidos de uma alma sofrida: onde estão os antigos ideais de sobriedade e honestidade romanas? Porque se assiste à diluição da *grauitas* no seio da sociedade do Império? Juvenal observa o que o rodeia e sente que não pode compactuar com a falta de sanidade moral que rapidamente se vai alastrando. Assim, liberto de preconceitos e apostado no culto intransigente da honestidade, recebe dos desvios e hipocrisias da Roma do século II d.C. o estímulo que servirá de inspiração à sua poesia. É, pois, na linha das reconhecidas disposições moralizadoras dos imperadores Nerva e Trajano que nasce a obra do poeta. Apesar das boas intenções, é por de mais evidente que o tão apregoado liberalismo de Trajano não desceu aos pobres, em geral, e aos clientes, em particular. O autor sente-o na pele e, dadas as circunstâncias, é ele próprio quem afirma que: “*difficile est saturam non scribere*”(1. 30).

Recusando juízos *a priori*, Juvenal ilustra, de forma viva, incisiva e expressiva, as andanças dos clientes e os desmandos dos patronos. Porém, parece-nos lícito partilhar a seguinte interrogação: acaso tivesse tido o favor imperial, não seria o tom discursivo significativamente diverso? Atrevemo-nos a dar uma resposta: muito provavelmente.